



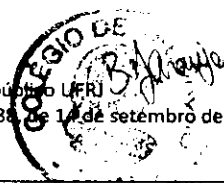
Questão 2:

Durante muito tempo, a historiografia acerca da colonização da América Ibérica se manteve atrelada à ideia de um controle estrito por parte das metrópoles, de todas as atividades econômicas de relevância realizadas nos territórios de seus impérios ultramarinos. Essa ideia era contrastada com a da colonização inglesa na América, esta sim, que havia permitido importantes níveis de possibilidade de autogoverno em suas colônias. O chamado pacto colonial, ou exclusivo colonial, seria, no caso da América Portuguesa, uma consequência das práticas mercantilistas objetivadas pelo absolutismo monárquico da metrópole europeia.

Nas últimas décadas, porém, se fortaleceu na historiografia o questionamento, tanto da própria ideia de Estado Absolutista, quanto da existência de um rígido controle dos impérios coloniais.

Analisando especificamente o caso de Portugal, o historiador Antonio Hespanha propõe, em substituição ao adjetivo 'absolutista', o termo Monarquia Corporativa, partindo justamente de uma crítica a uma ideia equivocada de poder exercido pelos monarcas portugueses, não apenas no território português, mas mais ainda em seus domínios americanos e africanos. Hespanha chama atenção para as limitações existentes ao poder dos reis, que por diversas vezes tiveram decisões suas revogadas por 'Concelhos', e até mesmo para as condições concretas deste domínio, já que a inexistência de uma estrutura burocrática que desse conta das necessidades também contribuía para que os costumes e até as normas do direito local de cada região se sobrepusessem sobre os gerais.

Em "O Antigo Regime nos Trópicos", Hespanha desenvolve a ideia de monarquia corporativa em relação ao império Ultramarino Português. O autor chama atenção para a inexistência de uma constituição colonial unificada, o que fazia com que existissem diversos tipos de acordos e Tratados de vassalagem entre a Coroa e as lideranças nativas das regiões colonizadas. A essas diferentes estatutos se somava



a primazia portuguesa do local sobre o geral, e ainda as dificuldades de comunicação entre as diversas regiões. Todos esses elementos contribuíam para uma realidade em relação à qual a ideia de 'centralização' só pode ser compreendida como uma romantização portuguesa a respeito de seus próprios feitos coloniais.

Outro autor que enfatiza aspectos relacionados à autonomia de regiões sob domínio imperial português é Luis Felipe de Alencastro. Em "O Trato dos Vivos", o autor trata da formação histórica brasileira, marcada por condicionantes atlânticas que garantiram a originalidade desta experiência. Para o autor, as relações bilaterais entre ~~América Portuguesa~~ América Portuguesa e as feitorias de Angola tiveram profunda marca na formação do Brasil. Essas relações seriam estabelecidas através do tráfico de escravos, que ligou as duas margens do Atlântico por três séculos.

Os registros dos portos angolares nos permitem saber que durante o século XVIII, apenas 15% dos navios que chegavam à ^{Luanda} ~~Angola~~ vinham da metrópole portuguesa. Todos os demais vinham do Rio de Janeiro, Salvador ou Recife, trazendo produtos como mandioca, cachaça, tabaco, entre outros, que seriam trocados por escravos e retornariam diretamente para essas regiões. A existência desses fluxos diretos entre as costas americana e africana são o que leva João Fragoso a afirmar que a ideia de 'Redes' seria a melhor definição possível para ~~o~~ ~~o~~ o Império Ultramarino Português (Fragoso e Gouveia, "Na Trama das Redes")

Em outras regiões do Império Português, a fragilidade do domínio colonial foi ainda maior. ~~Regiões~~ Regiões como Goa, Macau, e mesmo Moçambique até o século XIX contavam com considerável autonomia, que levaria o português Diogo Canto a afirmar, em 1621: "Em nenhuma parte o rei de Portugal é obedecido menos do que na Índia". Mesmo no Brasil, os primeiros capitães donatários e os governadores de província gozavam de relativa autonomia, consultando a Coroa apenas em momentos que envolviam a segurança dos

Bjarcute

territórios.

Porém, a percepção dos limites do controle metropolitano não leva os citados autores a uma interpretação equivocada de que Portugal não tenha se beneficiado do domínio colonial, sabendo extrair das redes de trocas entre seus domínios os ~~seus~~ interesses da metrópole. A grande atividade lucrativa que constituiu o tráfico de escravos foi, apesar das relações bilaterais, controlada por Portugal, que conseguia, a partir dela, controlar também a produção açucareira, por exemplo, na medida em que tinha controle sobre os fatores de produção principais (mão-de-obra). No entanto, havia, como afirma Alencastro, um "branco brasileiro" no sistema colonial, dada a existência de desigualdades entre as trocas 'brasileira' e 'angolana'. Essa marca dos negociantes brasileiros no comércio atlântico fez o autor chegar à conclusão mesma de que a relativa autonomia estabelecida já no século XIX com a transferência da Corte para o Brasil não pode ser considerada uma ruptura com determinada 'ordem colonial', posto que esta autonomia brasileira já existia.

Questão 3:

O período entre 1945 e 1964 no Brasil foi marcado pela vigência de sucessivos governos democráticos em meio a um processo de profundas transformações sociais. O país passava por uma industrialização que se concentrava na região sudeste, quando como consequência a definição de fortes desigualdades regionais, além de um fluxo migratório desde as regiões norte-nordeste para o sudeste. As cidades crescem, e junto com elas crescem os problemas sociais gerados pela ausência de políticas públicas que acompanhassem esse crescimento. Depois de um período anterior em que se desenvolveram algumas importantes indústrias de base, os anos 1950 foram marcados pela implantação das montadoras de automóveis, entre outras indústrias da transformação, e junto com elas as cidades propiciavam

um incremento do consumo, fortemente estimulado pela propaganda, que começava a ganhar importância.

No plano internacional, trata-se do momento do estabelecimento da bipolaridade entre as superpotências que emergiram da Segunda Guerra Mundial, e representavam dois distintos modelos sociais e econômicos. Os debates acerca dos projetos econômicos também se desenvolviam no país, com força especial no que diz respeito às polêmicas sobre a abertura ao capital estrangeiro e desenvolvimento da economia nacional. No plano social, as transformações atravessadas pelo país vão gerar um aprofundamento das demandas como a distribuição de terras, a expansão de direitos, as melhorias urbanas, etc.

A época também é marcada por mudanças nos costumes, motivadas em grande parte pelo crescimento da cultura urbana, por influências culturais externas e pela diversidade propiciada pelos fluxos migratórios.

Por todos os processos acima mencionados, temos um período de efervescência política e cultural, em que as transformações e as disputas vão se expressar em embates de vários grupos e movimentos sociais. Temos, por exemplo, a formação das Ligas Camponesas e sua luta por reforma agrária e melhores condições de vida no campo. Da mesma forma, a CGT vai organizar os trabalhadores urbanos sindicalizados na reivindicação por direitos. É a época também de florescimento do movimento estudantil, que se organiza não apenas no plano das reivindicações educacionais, mas também no plano cultural, através dos Centros Populares de Cultura da UNE. A arte contestatória da realidade desigual se confronta com o otimismo ~~representado~~ representado pela Bossa Nova, expressão de um sentimento de progresso da sociedade brasileira.

Buscando uma compreensão satisfatória do período, em especial no que diz respeito às manifestações culturais

e políticas dos diversos grupos da sociedade brasileira dos anos 1945-1964, ~~acessando~~ nessa proposta de abordagem para a educação básica, mais especificamente para jovens entre 13 e 18 anos, parte de ~~uma~~ estabelecimento de uma relação entre presente e passado, de forma que possam comparar os ^{diferentes} momentos de desenvolvimento do país e a forma como se colocam esses grupos.

A abordagem partirá da seguinte chave interpretativa: 'Leque forma, diante das possibilidades de manifestação cultural e política propiciadas pelo regime democrático, os diversos grupos expressaram suas necessidades e ^{interesses} ~~aspirações~~ a partir de suas leituras sobre as transformações do Brasil'. A partir desta chave, analisaremos as situações atuais e do período em questão, buscando comparar problemas, questões, interesses de determinados grupos, e os próprios limites e possibilidades de atuação da democracia.

Dessa forma, buscamos trabalhar a capacidade dos alunos em estabelecer conexões entre passado e presente, refletindo sobre as mudanças e as permanências entre as características da realidade brasileira e suas demandas se- ciais então e hoje.

Do ponto de vista didático optaremos, em um primeiro momento, e após uma exposição dos principais características do período, por um debate sobre diferenças e semelhanças entre as situações brasileiras do período 1945-1964 e a atual. Posteriormente, para uma identificação das principais movimentas sociais e das principais manifestações culturais da época, e quais eram suas características e demandas. Por fim, pro- curamos uma atividade sobre os movimentos sociais, políticos e culturais do presente momento, em que os alunos seriam ~~divididos~~ divididos em grupos e orientados a entrevistar, pesquisar e elaborar uma apresentação sobre algum desses grupos/movimentos.

Questão 1:

A questão do acesso à Terra se constituiu ao longo da história do Brasil como um dos grandes problemas sociais do país. A transição do período colonial para o de nação independente não alterou o modelo predominantemente agrário-exportador da economia brasileira, que se manteve baseada no trabalho escravo nas grandes lavouras. Nem mesmo o fim da escravidão e o incentivo às imigrações alterou esse cenário, haja vista que a grande preocupação das elites do país era a manutenção de suas grandes propriedades rurais. A lei de terras de 1850 expressava esse ansio, visto que, mesmo antes de abelido o ~~trabalho~~ trabalho escravo, e bem antes da chegada massiva de imigrantes europeus, já eram tomadas as precauções para que o acesso à terra fosse feito mediante o pagamento das propriedades, o que inviabilizava ~~a~~ a possibilidade de proliferação da pequena propriedade camponesa no Brasil.

Nos anos 1940 e 1950, o problema do acesso à terra crescia com o crescimento populacional, e era agravado, ainda, pelo aumento das disparidades regionais, o que fez com que os investimentos governamentais se concentrassem nos centros urbanos. As ~~difíceis~~ difíceis condições de vida no campo, combinadas com o fato de que, a esta altura, a população rural ~~ainda ultrapassava~~ ~~a~~ população urbana quantitativamente, fizeram com que do campo brasileiro saíssem os movimentos rurais mais expressivos do período. As Ligas Camponesas, organizadas em torno da luta pela reforma agrária e das melhorias de vida da população rural brasileira, não se constituíram como um movimento político puro e simplesmente. Eram movimentos que buscavam a ~~organização~~ ^{formação} dos trabalhadores rurais para a ~~atuação~~ atuação social, e por isso possuíam vertentes de educação popular e cultura.

No contexto da efervescência política dos anos 1960, a grande reivindicação que pressionava o governo João Goulart era a da Reforma Agrária, tendo à frente Francisco Julião e o mote radical

"reforma agrária na lei ou na marra".

Após o golpe militar de 1964 e ao longo das décadas posteriores, a questão não resolvida do acesso à terra gerava novos conflitos. Nos anos 1970 e 1980, aprofundou-se o processo de mecanização das atividades agrícolas no país, o que agravou ainda mais a situação dos trabalhadores rurais.

As lutas da população rural prosseguiram sob o regime militar, e sua repressão ocorreu com métodos violentos que não deixaram de existir mesmo após a redemocratização.

Ainda durante a ditadura, o campo viu surgir manifestações da guerrilha rural contra o regime, que se inspirava nos processos de luta internacional, tais como a resistência vietnamita e a Revolução Cubana: a guerrilha do Araguaia,

Também na região da Amazônia, um importante movimento político se organizou a partir dos trabalhadores seringueiros, que buscavam fazer frente à ocupação do território da floresta pelo agronegócio durante os anos 1980 e 1990.

Nos impates, camponeses organizaram a resistência contra a derrubada dos arvores, que representavam a penetração desta indústria no interior e o fim de seu modo de vida.

A morte de Chico Mendes, liderança assassinada por seu papel no movimento, expressa o elemento da violência na repressão aos movimentos sociais de interior de país, que sobreviveu ao fim da ditadura.

Nos anos 1990, o MST emergiu como principal movimento social brasileiro, mantendo a persistência da questão agrária no Brasil como uma de suas frentes mais latentes.